



FGV DIREITO SP
FGV LAW

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONCORRENCIAL E REGULATÓRIO

1º SEMESTRE DE 2024

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU (FGV LAW)

Apresentação

A **Pós-Graduação em Direito Concorrencial e Regulatório** se volta ao estudo das relações entre mercados, empresas e Estado com a finalidade de preparar o(a) aluno(a) para compreender e resolver casos de defesa da concorrência e regulação com visão estratégica, interdisciplinar e criativa. A prática em Direito Concorrencial e Regulatório requer profissionais capazes de aliar sólida formação técnica com habilidades argumentativas e de aplicação de conteúdos interdisciplinares, que consigam lidar com situações de fronteira.

O curso oportuniza o aperfeiçoamento necessário à compreensão e utilização do repertório e instrumental oferecidos por outros saberes, como a economia e novas tecnologias. Além de abordar conteúdos atuais (casos, precedentes judiciais e administrativos, inovações jurídicas, leituras doutrinárias, pesquisas de referência e novidades normativas), o curso se volta ao desenvolvimento prioritário das seguintes habilidades: (I) análise crítica da conjuntura que permeia a regulação e concorrência; (II) capacidade de avaliação de cenários para emprego mais eficiente dos instrumentos jurídicos; e (III) raciocínio jurídico que alie qualificação técnica e criatividade, com enfoque na resolução de problemas.



Público-alvo

Graduados(as) em direito com experiência nas áreas de regulação, defesa da concorrência ou infraestrutura, interessados(as) na inter-relação entre direito, economia e Estado, com desejável experiência em agências reguladoras e áreas correlatas.



Metodologia

O FGV LAW enfatiza o uso de metodologias participativas de ensino, que colocam o(a) aluno(a) no centro do processo de aprendizagem. As disciplinas mesclarão aulas com exposição dialogada, discussão de casos, exercícios aplicados e simulação de situações concretas.



Realização

Carga horária: 432 horas-aula

Duração: 3 semestres

Data de início: 18/03/2024

Dias da semana: Segundas e terças-feiras

Horário: Das 19h às 22h40

Modalidade de oferta: *Blended* (aulas presenciais e em ambiente virtual integralmente ao vivo, conforme estrutura do curso)

Importante: se necessário, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu (FGV LAW), poderá alterar o calendário original do curso.

Reposições de aula (estipuladas pela Instituição), monitorias acadêmicas ou quaisquer outros eventos relacionados ao curso poderão ser agendados às sextas-feiras, no horário noturno, preferencialmente de forma remota.

*As aulas das disciplinas presenciais estão previstas para serem ministradas nas instalações da Fundação Getúlio Vargas, em uma das unidades da FGV na Bela Vista - São Paulo, SP. Esclarecemos, no entanto, que a depender da situação sanitária do país, há a possibilidade de o curso migrar temporariamente para o ambiente virtual, com aulas síncronas.

Estrutura do Curso

Alinhado às necessidades do mercado, o curso é estruturado por um conjunto de disciplinas que, ao mesmo tempo, reforça o repertório técnico e estimula o desenvolvimento de competências e habilidades que capacitam o(a) aluno(a) a identificar problemas e criar soluções estratégicas a partir de um enfoque interdisciplinar. O programa é composto por disciplinas obrigatórias específicas da área escolhida conjugadas com áreas afins, como finanças e economia, além de incorporar disciplinas optativas ligadas ao conjunto de competências necessárias para o atual mercado de trabalho jurídico.

O curso é ofertado na modalidade *blended*, com aulas integralmente ao vivo. Durante dois semestres as aulas são ministradas presencialmente (previstas nas instalações da Fundação Getúlio Vargas, em uma das unidades da FGV na Bela Vista), e no terceiro semestre os professores da FGV ministram suas aulas em ambiente virtual.

A FGV utiliza desde 2016, para as aulas em ambiente virtual, uma plataforma largamente utilizada em âmbito corporativo e acadêmico em diversos países, capaz de oferecer uma experiência de ensino dinâmica mesmo sem a proximidade física entre docente e turma. A plataforma traz ferramentas modernas de colaboração como salas simultâneas para aplicação de dinâmicas, enquetes, compartilhamento de conteúdo

em tela, entre outras funcionalidades que além de humanizarem a comunicação em um ambiente virtual, permitem aos(às) docentes o uso de metodologias participativas.



Disciplinas Presenciais

Direito Público Econômico	Microeconomia	Direito Econômico Regulatório	Disciplina de Competências (optativa)
Macroeconomia	Instrumentos de Direito Administrativo	Direito Concorrencial: do teórico ao aplicado	Disciplina de Competências (optativa)

** Sujeito a alterações*



Disciplinas Virtuais (aulas ao vivo)

Controles de Condutas Restritivas à Concorrência	Financiamento da infraestrutura	Disciplina de Competências (optativa)
Controle de Estruturas e Atos de Concentração	Inovações Tecnológicas e Regulação	Disciplina de Competências (optativa)

** Sujeito a alterações*

Disciplinas Obrigatórias

Macroeconomia (32 horas-aula)

O escopo central da disciplina é desenvolver a compreensão dos conceitos macroeconômicos elementares, das flutuações macroeconômicas de curto e médio prazo e das políticas econômicas que afetam essas flutuações, facilitando que o(a) discente se situe no debate contemporâneo e avalie criticamente as reformas em discussão no Poder Executivo e no Congresso Nacional.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Produto Interno Bruto (PIB) pelas óticas da produção, demanda e renda. PIB nominal, real, a preços correntes e em paridade do poder de compra. PIB per capita e crescimento econômico. Sistema de Contas Nacionais;
- Moeda, mercados financeiros e taxas de juros. Agregados monetários: Base Monetária, M1, M2, M3 e M4. Recolhimentos compulsórios. Direcionamento de crédito. Papel dos bancos estatais nas crises econômicas e possíveis conflitos com a política monetária;
- Modelo IS-LM. Política fiscal: carga tributária; consumo, investimento e transferências do Governo; Necessidade de financiamento: primária e nominal; dívida pública. Política monetária: Taxas de juros reais e nominais; risco e retorno; papel dos intermediários financeiros. Crise financeira de 2008 nos Estados Unidos, União Europeia e Brasil. Expansionismo fiscal em 2020: EC 107;
- Indicadores de ocupação e preços. Relação entre produto e desocupação e entre desocupação e inflação. Inflação, inflação esperada e desocupação; curva de Phillips e expectativas; Taxa natural de desocupação. Políticas monetárias não convencionais em 2020: EC 107;

- Setor externo: balanço de pagamentos, taxa de câmbio nominal, real e efetiva. Mercado de câmbio: primário, secundário, spot e derivativos. IS-LM em economias abertas. Efeito de políticas fiscais, monetárias e cambiais em economias abertas. Regimes cambiais, política cambial e crises cambiais.

Microeconomia (32 horas-aula)

O objetivo desta disciplina é fornecer conteúdo microeconômico que permita entender a racionalidade das decisões dos agentes econômicos. Assim, pretende-se desenvolver a capacidade de criar teses jurídicas com bases econômicas, que permitam auxiliar empresas nos seus respectivos processos de decisões ou que tenham como princípio, sob o ponto de vista do Estado, a elevação do nível de eficiência econômica e do bem-estar agregado.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Interface entre o Direito e a Economia, definição de mercados, interação entre oferta e demanda e equilíbrio de mercado, elasticidades;
- Receita de uma empresa. Custos e receitas, estrutura de mercado (a lógica da concorrência perfeita, monopólio e concorrência monopolística);
- Discriminação de preço, venda em pacote e venda casada, dumping e preço predatório.
- Teoria dos jogos, estratégias empresariais e oligopólios;
- Decisões empresariais em ambiente de risco e incerteza, cálculo de valor de empresa, elaboração de planos de negócios e avaliação de perspectivas de entrada de novas empresas no mercado;
- Eficiência econômica, falhas de mercado, regulação e regulação concorrencial;
- Economias de plataformas e mercados de dois ou mais lados. Economia comportamental e a crítica ao *Homo Economicus*. Aplicações em big data e *learnig machines*, finanças comportamentais, teoria comportamental dos jogos comportamentais e introdução à *neuroeconomia*.

Direito Público Econômico (32 horas-aula)

Ao final da disciplina, os(as) discentes deverão estar capacitados(as) a analisar casos concretos envolvendo a interação entre Estado e particulares no domínio econômico, a partir de uma visão estruturada com base na repartição constitucional de competências, aplicação de princípios constitucionais, bem como da natureza da atividade explorada (atividade econômica em sentido estrito, serviço público, monopólio constitucional).

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Alocação constitucional de competências;
- Princípios constitucionais da ordem econômica;
- Bases constitucionais para a regulação e intervenção do Estado no domínio econômico;
- Regime jurídico das atividades econômicas (atividades econômicas em sentido estrito e serviços públicos);
- Papel do direito no desenvolvimento de políticas públicas.

Instrumentos de Direito Administrativo (32 horas-aula)

Calcado na experiência jurídica, este curso tem por objetivo central explorar alguns dos principais instrumentos do Direito Administrativo Contemporâneo e desenvolver habilidades e competências necessárias ao enfrentamento de questões complexas e recorrentes no mundo público.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Noções gerais de Direito Público;
- Desafios da organização administrativa;

- Discricionariedade e vinculação;
- Processo administrativo;
- Licitações e contratações públicas;
- Controle da Administração Pública;
- Arbitragem e a consensualidade no Direito Administrativo.

Direito Econômico Regulatório (32 horas aula)

A disciplina tem por principal finalidade apresentar os grandes temas sobre a regulação no Brasil e, a partir de debates, conferir as ferramentas necessárias para lidar com as questões regulatórias mais desafiadoras de modo técnico, criativo e eficaz. O caráter dinâmico da regulação faz com que o(a) profissional da área tenha que enfrentar constantemente novos desafios. Espera-se que o(a) aluno(a) desenvolva as habilidades que os mercados regulados hoje demandam do(a) profissional na área da regulação, como trabalhar com a pluralidade de fontes normativas, instruir o diálogo com as autoridades reguladoras, construir soluções criativas para problemas complexos, bem como antever crises e orientar estratégias regulatórias que prezem pela segurança jurídica.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Teorias da regulação e as competências regulatórias;
- Construção do Estado Regulador no Brasil. Regulação, desregulação e limites à intervenção do Estado no domínio econômico;
- Agências Reguladoras;
- Competências regulatórias e seus processos;
- Instrumentos regulatórios;
- Governança regulatória. Qualidade regulatória;
- O controle da regulação. Fiscalização e responsabilização administrativa;
- Sanções e acordos na regulação.

Direito Concorrencial: do Teórico ao Aplicado (32 horas-aula)

O objetivo da disciplina é aprofundar a discussão sobre conceitos e institutos centrais do Direito da Concorrência, de forma crítica e aplicada. Ao final da disciplina, o(a) aluno(a) deverá compreender conceitos e características da legislação concorrencial brasileira, dispor dos conhecimentos teóricos necessários para o estudo de ilícitos antitruste em espécie (controle de condutas) e atos de concentração (controle de estruturas).

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Direito da Concorrência: a relação com o Direito Econômico e a Economia;
- Evolução histórica e finalidades do Direito da Concorrência;
- Defesa da Concorrência em perspectiva comparada: EUA e União Europeia;
- Direito da Concorrência e políticas públicas;
- Mercado relevante: dimensões material e geográfica; perspectivas da demanda e da oferta;
- Poder de mercado: conceito e mensuração;
- Regra Per Se e Regra da Razão;
- Defesa da concorrência e legislação anticorrupção.

Controles de Condutas Restritivas à Concorrência (32 horas-aula)

O objetivo dessa disciplina é aprofundar o conhecimento dos(as) alunos(as) em Direito Concorrencial, especificamente em processos administrativos para aplicação de sanções por infração à ordem econômica (controle de condutas). Ao final da disciplina, os(as) discentes deverão ser capazes de criar estratégias para viabilizar negócios que respeitem a legislação concorrencial, identificar infrações, compreender os processos junto ao CADE e negociar Termos de Cessação de Condutas.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Infrações verticais: exclusividade, discriminação, venda casada, descontos, preço de revenda;
- Infrações horizontais: cartéis, troca de informações entre concorrentes; *sham litigation*;
- Termo de cessação de conduta;
- Acordo de leniência;
- Processo e penalidades;
- Ações reparatórias por danos decorrentes de condutas anticompetitivas;
- Interface entre o controle de condutas e o controle de estruturas;
- Infrações antitruste envolvendo a propriedade intelectual.

Controle de Estruturas e Atos de Concentração (32 horas-aula)

O objetivo da disciplina é o estudo dos conceitos, casos e decisões relacionados ao Direito Concorrencial, permitindo um aprofundamento do seu conhecimento, inclusive para uma melhor atuação profissional na área, especialmente em relação à análise de Atos de Concentração (controle de estruturas). Ao final da disciplina, os(as) alunos(as) deverão ser capazes de criar estratégias para viabilizar negócios que respeitem a legislação concorrencial, compreender os processos junto ao CADE e negociar Acordos em Controle de Concentrações.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Controle de estruturas: procedimentos; critérios de notificação; acordos (ACC); possibilidades de decisão;
- *Gun jumping*;
- Atos de concentração horizontais;
- Atos de concentração verticais;
- Atos de concentração conglomerados;
- Análise econômica de atos de concentração;
- Atos de concentração e a propriedade intelectual;
- Remédios em atos de concentração.

Financiamento da Infraestrutura (32 horas-aula)

A disciplina tem por objetivo apresentar aos(as) discentes os modelos jurídicos mais recorrentes para a captação de recursos financeiros privados pelos empreendimentos de infraestrutura. O principal recorte aplicado na disciplina está na natureza dos empreendimentos de infraestrutura: as análises estarão sempre referidas àqueles arranjos com participação estatal, seja na forma de garantia, seja, mais comumente, na forma de contratação administrativa, mediante os chamados contratos de parceria, no âmbito de programas de participação privada em infraestrutura. Ao final da disciplina, os(as) alunos(as) deverão ser capazes de compreender o "*project finance*" e atuar nas suas principais etapas, especificamente na estruturação contratual do financiamento; interface com bancos de desenvolvimento e agências multilaterais e de crédito à exportação; redação e negociação das principais cláusulas contratuais e garantias; e a aplicação do financiamento de projetos ao mercado brasileiro de infraestrutura.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Formas de financiamento da infraestrutura: *Corporate e Project Finance*;
- Estratégias contratuais para relações de longo prazo e segregação de riscos;
- Instrumentos de investimento privado em infraestrutura;
- Financiamento de PPP e concessões;
- Operações bancárias. Arranjos e estruturas;
- Financiamento público da infraestrutura. Fomento via bancos públicos (BNDES, CEF, BB);
- Modalidades de empréstimo, seguro e garantia;
- Rede contratual do financiamento de projetos: Construção, fornecimento, operação e manutenção, seguro-garantia e relação jurídica com clientes/usuários/consumidores.

Inovações Tecnológicas e Regulação (32 horas-aula)

Disciplina desenvolvida com vistas ao aprimoramento e à atualização dos(as) profissionais envolvidos(as) com direito concorrencial em seus grandes temas contemporâneos: plataformas, *big techs*, criptoativos, *fintechs*, startups dentre outros. Ao final dela, os(as) discentes devem ter a capacidade de analisar criticamente a aplicação do direito concorrencial aos casos concretos, desenvolvendo a capacidade de compreender a evolução dos principais conceitos na análise concorrencial e avaliar a sua aplicação aos novos temas. Especial atenção será dada à aplicação direito concorrencial sobre as economias de plataforma e as novas tecnologias, levando-se em conta o papel do Direito Econômico na regulação, na promoção de políticas setoriais e na defesa da concorrência nesses mercados.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Direito concorrencial e economia digital: impactos da economia dos dados na regulação econômica e defesa da concorrência;
- Regulação setorial após a emergência das economias de plataforma;
- Desafios e possibilidades advindas das *big techs*;
- Desafios jurídicos e regulatórios das *startups*;
- Desafios regulatórios e concorrenciais das inovações financeiras: *Fintechs* e criptoativos;

- Privacidade de dados: dados, conhecimento e plataformas na economia global;
- Concorrência na indústria de meios de pagamento;
- Concorrência e propriedade intelectual.

Disciplinas Optativas (28 horas-aula)

Considerando a importância do desenvolvimento de habilidades nos(as) profissionais da área jurídica, o FGV LAW reservou uma parcela da carga horária do curso de pós-graduação para o aperfeiçoamento de competências já presentes no dia a dia da prática jurídica.

Com o propósito de promover maior interdisciplinaridade, instigar o protagonismo do corpo discente e provocar discussões alinhadas às necessidades do mercado de trabalho e da prática jurídica ou comercial, no decorrer do curso, os(as) alunos(as) receberão o leque de disciplinas optativas disponíveis, bem como informações referentes aos critérios de matrícula.

As disciplinas optativas serão compostas por alunos(as) de várias áreas jurídicas o que promoverá, portanto, *networking* diferenciado e espaços múltiplos para reflexões valiosas e conexões significativas.

[Acesse o Programa de Disciplinas Optativas dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu – 1º Semestre de 2024](#)

★★★ Avaliação

A média para aprovação em cada uma das disciplinas do curso é de 7 (escala de 0-10) e a aprovação está condicionada à presença mínima em 75% das aulas. Os critérios de avaliação são pormenorizados em cada programa de disciplina e seguem diretrizes estabelecidas pela Escola.

Corpo Docente

O corpo docente é formado por profissionais altamente qualificados, titulados e com rica experiência no mercado jurídico. O FGV LAW conta com professores(as) inspiradores(as) que aliam experiência acadêmica com atuação profissional especializada, trazendo para a sala de aula a realidade do mercado.

Para conhecer nosso corpo docente [clique aqui](#)

Investimento

PERÍODO DE MATRÍCULA	NÚMERO DE PARCELAS	VALOR DA PARCELA
06/10/2023 a 31/01/2024	1 (à vista)	R\$ 43.641,33
A partir de 01/02/2024	1 (à vista)	R\$ 48.005,46
06/10/2023 a 31/01/2024	1+17	R\$ 2.743,42
A partir de 01/02/2024	1+17	R\$ 3.017,76
06/10/2023 a 31/01/2024	1+25	R\$ 2.009,30
A partir de 01/02/2024	1+25	R\$ 2.210,24
06/10/2023 a 31/01/2024	1+29	R\$ 1.790,33
A partir de 01/02/2024	1+29	R\$ 1.969,37

- Conforme tabelas, pagamentos da primeira parcela realizados até 31/01/2024 receberão desconto sobre o valor do curso. Não há a possibilidade de prorrogação do desconto após esse período, mesmo que a inscrição tenha sido realizada antes dessa data.

- Em caso de opção pelo pagamento parcelado, as demais parcelas vencerão todo dia 10, sendo que a segunda parcela terá o vencimento para o dia 10 de março de 2024, independentemente da data da matrícula e da forma de pagamento escolhida ao realizar o pagamento da primeira parcela.

Processo Seletivo

O ingresso é realizado por meio de aprovação no Processo Seletivo, observados os procedimentos, condições, regras e critérios descritos no [Edital](#). O presente Processo Seletivo tem validade para o primeiro semestre letivo de 2023, não havendo reserva de vaga para semestres posteriores.

Período de Inscrições:

De **02/10/2023 a 20/02/2024**

pele site fgv.br/direitosp

Importante:

O Processo Seletivo é contínuo. Por essa razão, os cursos poderão ter suas inscrições encerradas antes do período previsto caso sejam preenchidas todas as vagas disponíveis.

Atenção: Os(as) interessados(as) deverão realizar sua inscrição, sem qualquer ônus financeiro, exclusivamente pela internet. É obrigatório o preenchimento de todos os campos solicitados na ficha de inscrição e a inserção de arquivo digital com o Curriculum Vitae do(a) candidato(a). Certifique-se que o currículo anexado esteja atualizado, inclusive com o detalhamento das atividades profissionais desempenhadas. Essas informações serão confrontadas com o público-alvo, os pré-requisitos (quando houver) e os objetivos do curso pretendido. Currículos extraídos da plataforma Lattes não serão considerados. Serão avaliados, conjuntamente, (I) a formação acadêmica, (II) a experiência profissional e (III) a correlação entre os objetivos do curso pretendido e a trajetória profissional do(a) candidato(a).

Seleção dos(as) Candidatos(as): O processo seletivo consiste em uma entrevista individual. Para que a entrevista ocorra de forma adequada é imprescindível que o(a) candidato(a) observe a data e o horário previamente informados, além de preencher o formulário que será enviado por e-mail com questões a serem respondidas previamente à entrevista. Não serão atendidos(as) candidatos(as) fora do horário estabelecido. Na impossibilidade de comparecer, o(a) candidato(a) poderá realizar apenas 1 (um) reagendamento e caso não compareça na segunda oportunidade, terá o processo seletivo automaticamente cancelado para o curso pretendido no processo seletivo vigente.



(*) A aprovação no processo seletivo não garante vaga. A matrícula será confirmada após entrega de todos os documentos solicitados e efetivação do pagamento da primeira parcela do plano de pagamento ou ainda do curso à vista, conforme opção feita pelo(a) candidato(a) no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, em cumprimento das exigências do edital publicado.

Resultado: A divulgação do resultado será feita via comunicação eletrônica (e-mail) em até 10 (dez) dias úteis, contados do dia útil seguinte da realização da inscrição. É responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) manter seus dados de contatos atualizados, acompanhar a divulgação dos resultados, averiguar sua eventual aprovação e conseqüente convocação para a matrícula.

Não haverá divulgação do desempenho dos(as) candidatos(as), nem sua classificação, apenas a informação quanto à aprovação ou não. O resultado no processo seletivo não é passível de recursos.

Mais informações:

Edital do Processo Seletivo 2024/1: [acesse aqui](#)

E-mail: fgvlaw@fgv.br

Atendimento por videochamada (conforme disponibilidade da equipe): [agende aqui](#)

